



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • Ano XX • EDIÇÃO ESPECIAL - NOVEMBRO 2011

M A I S D E D E Z M I L

na maior acção de protesto levada a cabo por militares desde sempre!



EDITORIAL

Continuar a Luta para garantir o Futuro!

Mais do que nunca é preciso resistir! Foi com este lema que os militares - Oficiais, Sargentos e Praças - se mobilizaram para o grandioso encontro nacional do passado dia 22 de Outubro, que tornou exíguo o Grande Auditório do ISCTE, onde foi patente a unidade, determinação e confiança dos militares portugueses na luta que travam contra um Orçamento do Estado iníquo, brutal e desproporcionado que, para além de atacar violentamente os portugueses no plano económico e financeiro, fere mortalmente os seus direitos de cidadania conquistados com a aurora libertadora do 25 de Abril, desarticula e descaracteriza a Condição Militar, minando os alicerces da hierarquia funcional e, por conseguinte, a coesão e a operacionalidade das Forças Armadas.

Neste grandioso encontro decidiram os presentes promover uma manifestação em Lisboa, que permitisse inequivocamente demonstrar o nível de insatisfação, mas também, a vontade de lutar contra todas as perversidades que caracterizam este brutal ataque.

Mais de dez mil responderam ao apelo feito, transformando a baixa lisboeta num mar de gente firme, coesa e determinada, onde sobressaiu

a disciplina de todos, a irrepreensível postura ética e cívica num desfile silencioso, que fez realçar a força das razões que nos levaram a estar ali. O silêncio era tal que se tornou ensurdecador e só foi interrompido já em frente ao Ministério das Finanças, para aplaudir as intervenções dos dirigentes das APM, e a terminar com o cântico do Hino Nacional feito a plenos pulmões.

Foi uma jornada histórica, a maior acção de protesto alguma vez feita pelos militares portugueses, que a todos deve orgulhar e motivar para os combates que se seguem, sejam eles de maior ou menor dimensão e visibilidade, porque todos eles contam para o resultado final, a começar já no dia 24 de Novembro, sob a égide da ANS, e a continuar no dia 30 de Novembro, de novo promovido pelas APM, junto à Presidência da República, conforme decisão unânime dos manifestantes.

A necessidade de continuarmos a lutar é um imperativo patriótico e de cidadania porque, apesar do enorme sucesso das iniciativas levadas a cabo, nada está ganho, e para ganhar não basta ter razão! É necessário acrescentar à razão a luta tenaz dos que sofrem na carne os efeitos das medidas propostas.

O governo PSD/CDS não dá sinais de pretender corrigir o rumo que conduz Portugal ao desastre económico, à hipoteca da soberania nacional e ao dramático empobrecimento da esmagadora maioria dos portugueses. Justifica as suas opções políticas mistificando o interesse nacional, como se fosse possível ser bom para Portugal o que é mau para os portugueses! Vão-se notando aqui e ali, cada vez com mais regularidade, sinais de desnorte, nomeadamente com intervenções assíncronas de alguns ministros, mas a inflexão do rumo só será possível se não desarmarmos, se continuarmos o combate com afinco, mesmo que este seja longo e duro pois, como afirmava Aquilino Ribeiro, "só alcança quem não cansa" e os militares portugueses são homens e mulheres de fibra, preparados para os mais duros combates e a cada luta travada irão buscar as forças necessárias para os combates seguintes.

O futuro a que temos direito está nas nossas mãos, não o iremos desperdiçar por desânimo ou cansaço, pois sabemos que a unidade demonstrada é a seiva que alimenta a nossa confiança e determinação.

Com Dignidade Construimos o Futuro!

DIA 22 DE OUTUBRO 2011

ENCONTRO NACIONAL DE MILITARES!



O “DESPACHO MALDITO”

O Despacho Conjunto dos ministérios das Finanças e Defesa Nacional, de 9 de Setembro de 2011, determina aos três ramos das Forças Armadas que procedam até 31 de Outubro à reconstituição casuística das situações identificadas no relatório da Inspeção Geral de Finanças (IGF), conformando as actuais situações jurídicas dos militares das Forças Armadas, tendo por referência a situação dos militares a 31 de Dezembro de 2009.

Os titulares dos ministérios supracitados, dando como boas as conclusões da IGF, reconhecem, contudo, que na sua origem estão omissões regulamentares de quem tinha competência na matéria (os seus antecessores), só que, em vez de resolverem as ditas omissões regulamentares, pretendem que sejam os militares a pagar aquilo para o qual não contribuíram, lançando sobre as chefias dos ramos um anátema de ilegalidade, de todo inaceitável.

Por isso, não aceitamos, nem aceitaremos, quaisquer consequências provocadas pelo dito despacho, já bem conhecido como o “Despacho Maldito”.



DESCARACTERIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Um dos objectivos enunciados no programa do governo passa por criar um novo conceito de sistema de segurança nacional, que inclui as funções de defesa nacional, defesa militar, protecção civil e de emergência, segurança interna e informações da República.

Ao arrepio do consagrado constitucionalmente, esta amálgama, que pretende misturar segurança interna com defesa nacional, é profundamente perigosa e inaceitável, pois pode transformar as Forças Armadas, que estão ao serviço exclusivo do Povo Português, numa “força armada” ao serviço de um qualquer poder ou interesse estranho.

Talvez este objectivo ajude a explicar a actual descaracterização em curso. Por isso, a repudiamos e reafirmamos a nossa intenção de não aceitar fazer parte da Comissão Liquidatária das Forças Armadas.



DEGRADAÇÃO DA SAÚDE MILITAR

A Saúde Militar tem vindo a ser paulatinamente degradada nos últimos anos, consequência de cortes orçamentais consideráveis que provocaram o pagamento para as ADM (actualmente 1,5% do vencimento), a descomparticipação de centenas de medicamentos e a redução das comparticipações nos restantes, a degradação dos serviços médicos de que ressalta a lista de espera em inúmeras especialidades, a designada “reforma da saúde militar” que trouxe mais constrangimentos que soluções, a malfadada teoria da “capacidade sobrança” que põe em risco os cuidados médicos necessários aos militares fora da efectividade de serviço e aos nossos familiares.

Como se não bastasse, o Orçamento do Estado para 2012 prevê mais um corte, desta vez de 30% nas verbas destinadas à saúde.

É o descabro. A saúde está doente!



UMA JORNADA HISTÓRICA

Foi com grande emoção, e um sentido de responsabilidade ainda maior, que assistimos no sábado, dia 12 de Novembro, àquela que foi, até hoje, a maior jornada de protesto da Família Militar: a Manifestação da Família Militar.

Mais de dez mil militares e familiares concentraram-se no Rossio, e desfilarão enchendo a Rua do Ouro até à praça da estação Sul e Sueste, frente ao Ministério das Finanças, que foi pequena para acolher tanta gente.

Jovens e idosos, oficiais, sargentos e praças, militares no activo, reserva e reforma, demonstraram a sua indignação de forma ordeira e pacífica, dentro do mais estrito cumprimento da Lei, demonstrando, de forma cabal e explícita, a todos aqueles que nos querem empurrar para aventuras perigosas e irresponsáveis, que os militares Portugueses sabem cumprir o juramento feito perante a Bandeira Nacional e a responsabilidade assumida para com o Povo Português.

Dia 12 de Novembro de 2011 tornou-se num marco na história do associativismo. Contudo, não podemos nem devemos parar. Temos que continuar disponíveis para mais solicitações e combates. Independentemente da dimensão do combate, o importante é a unidade e a consciência com que se realize. Temos que tomar o nosso futuro nas nossas mãos e contribuir para a necessária e urgente revolução de mentalidades.

DIA 24 NOV 2011 - JORNADA DE REFLEXÃO À HOR...

DIA 12 DE NOVEMBRO 2011

MANIFESTAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR!

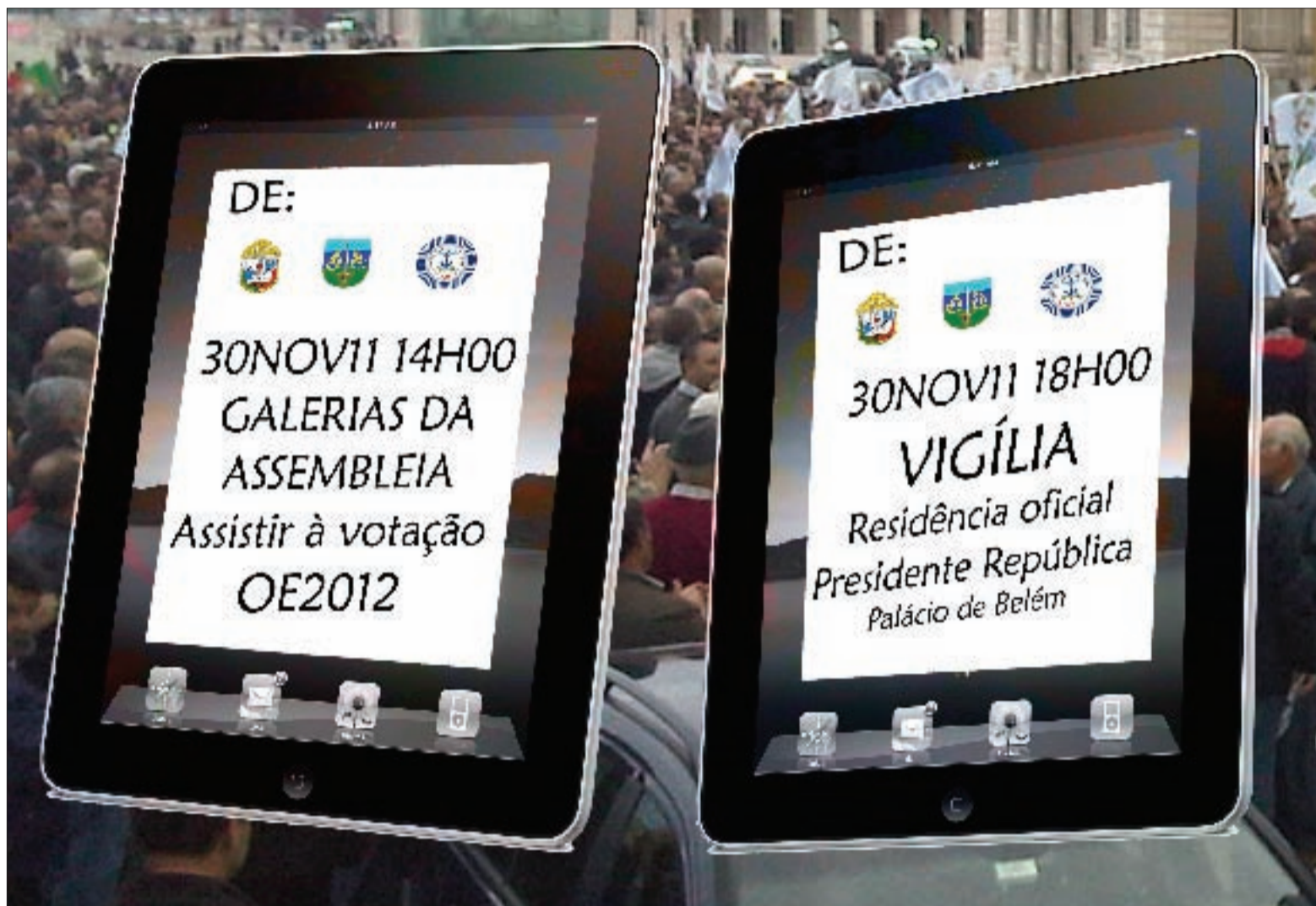


QUEM NÃO LUTA JÁ PERDEU

A DE ALMOÇO - NÃO COMPAREÇAS AO REFEITÓRIO

DIA 30 DE NOVEMBRO 2011

JORNADA DE LUTA!



DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA

O Orçamento do Estado em discussão na Assembleia da República visa, segundo o próprio proponente, o empobrecimento do país e dos portugueses (fugiu-lhe a boca para a verdade) para depois - não se sabe bem quando - podermos começar a crescer economicamente. Os cortes nos subsídios de férias e de Natal correspondem a uma redução do rendimento anual, de cada um de nós, em cerca de 15% mensais. Se a isto acrescentarmos o aumento dos impostos (IRS, IVA, IMI, e outros) veremos em 2012 o nosso rendimento mensal reduzido em cerca de 30%.

Isto é uma barbaridade que irá colocar muitos de nós numa situação de incapacidade para cumprirmos com os encargos e compromissos anteriormente assumidos, criando um novo tipo de pobres: os que tendo rendimento assegurado ficarão numa situação de insolvência!

O GOVERNO NÃO CUMPRE A LEI!

O governo, tão lesto a retirar direitos e a cortar os rendimentos das famílias é, em contrapartida, moroso, senão mesmo relapso, quando tem de pagar o que por lei é devido aos militares.

O que se passa com os pagamentos dos complementos de pensão de reforma aos militares reformados com menos de 70 anos de idade é um verdadeiro escândalo. Desde Janeiro de 2010 que este complemento não é atualizado, conforme determina a Lei nº 34/2008, remetendo a sua eventual actualização para Janeiro de 2012 e, mesmo assim, fazendo depender das contingências orçamentais daquele momento.

Num Estado de Direito Democrático não há lugar ao "vale tudo". A lei é para ser cumprida por todos, a começar pelos governantes.

O ROUBO DO 13º MÊS

Fomos, nos últimos dias, confrontados com um verdadeiro roubo. Ao recebermos os boletins de vencimento, referentes ao mês de Novembro, verificámos que na retenção na fonte para efeitos do IRS sobre o subsídio de Natal, este imposto recaía sobre o valor bruto do subsídio, não sendo considerado o pagamento da sobre-taxa determinada pelo governo (50% da diferença entre o vencimento e o ordenado mínimo nacional).

Isto equivale a pagarmos IRS sobre um valor que não recebemos e que se traduz numa dupla taxação, como concluiu o Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, após denúncia feita pela ANS.

É um verdadeiro roubo que se traduz, para nós militares, num valor médio de cerca de 100€.

CONGELAMENTO DAS CARREIRAS

O congelamento das carreiras, decretado pelo governo para aplicar à Função Pública, ao abranger os militares vem provocando a desarticulação da Instituição Militar.

As Forças Armadas têm por base uma estrutura profundamente hierarquizada a que corresponde, a cada função, um posto específico, conhecida como "cadeia de comando". Esta estrutura não é casuística. É determinante para o bom desempenho e cumprimento da missão atribuída.

O congelamento das carreiras está a pôr em causa esse cumprimento e o seu prolongamento no tempo agravará a eficácia das Forças Armadas.